



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

291) Não é considerado requisito para a suspensão da execução da pena, previsto no artigo 77 do Código Penal.

- a) ser a pena privativa de liberdade não superior a dois anos.
- b) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício.
- c) não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código (penas restritiva de direitos).
- d) o condenado não ser reincidente em crime culposos.

RESPOSTA: D. Tal requisito não consta no rol do artigo 77, pois o agente não pode ser reincidente em crime doloso.

292) De acordo com o artigo 78 do Código Penal não é condição para o cumprimento da suspensão condicional do processo

- a) o pagamento da pena de multa.
- b) no primeiro ano do prazo de suspensão, deverá o condenado prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana.
- c) se o condenado houver reparação o dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, e se as circunstâncias do artigo 59 forem inteiramente favoráveis o juiz poderá substituir a exigência de prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana por algumas condições, dentre as quais, proibição de freqüentar determinados lugares.
- d) se o condenado houver reparação o dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, e se as circunstâncias do artigo 59 forem inteiramente favoráveis o juiz poderá substituir a exigência de prestar serviços à comunidade ou submeter-se à limitação de fim de semana por algumas condições, dentre as quais, proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz.

RESPOSTA: A. Porque não consta nas exigências do artigo 78, do CP.

293) Aponte a assertiva incorreta em relação ao texto do Código Penal.

- a) a suspensão será revogada obrigatoriamente se, no curso do prazo de suspensão o beneficiário for condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso.
- b) a suspensão será revogada obrigatoriamente se, no curso do prazo de suspensão o beneficiário frustra, embora solvente (tenha condições financeiras), a execução de pena de multa.
- c) a suspensão poderá ser revogada (revogação facultativa) se o condenado não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- d) a suspensão será revogada obrigatoriamente se, no curso do prazo de suspensão o beneficiário descumpre a condição de prestar serviços à comunidade ou se submeter à limitação de fim de semana no primeiro ano do prazo.

RESPOSTA: C. Porque tal hipótese se trata de revogação obrigatória, conforme artigo 81, II, final, do CP.

294) O juiz pode conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos, se presentes alguns requisitos. Dentre as alternativas abaixo não é requisito para a concessão do livramento condicional

- a) o agente cumprir mais de um terço da pena se não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.
- b) o agente cumprir mais da metade da pena se for reincidente em crime culposos.
- c) o agente tenha comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto.
- d) o agente ter reparado o dano causado pela infração, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo

RESPOSTA: B. Pois não corresponde ao texto legal, sendo que o correto seria metade da pena se for reincidente em crime doloso e não culposos.

295) Sobre a revogação do livramento condicional, aponte a incorreta de acordo com o texto do Código Penal.

- a) é revogado se o liberado vem a ser condenado a pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível por crime cometido durante a vigência do benefício.
- b) é revogado se o liberado vem a ser condenado a pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível por crime anterior, sendo que as penas que corresponderem a infrações diversas devem somar-se para o efeito do livramento.
- c) o juiz poderá (revogação facultativa) revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, ou for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade.
- d) revogado o livramento este poderá ser novamente concedido após seis meses.

RESPOSTA: D. Porque não está de acordo com o texto do Código Penal, no artigo 88, onde prevê que se revogado não poderá ser novamente concedido.

296) Sobre os efeitos da condenação aponte a alternativa correta de acordo com o texto legal.

- a) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime é efeito da condenação.
- b) a perda em favor da União, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito, com a ressalva do terceiro de boa-fé também é efeito da condenação.
- c) a perda do emprego também é efeito da condenação.
- d) a inabilitação para dirigir veículos, quando utilizado como meio para prática de crime doloso é efeito da condenação.

RESPOSTA: C. Pois não está de acordo com o texto do artigo 92, I, do CP, porque a lei somente fala da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, nada falando de emprego.

297) Sobre a reabilitação, aponte a assertiva que corresponda ao texto do Código Penal.

- a) pode ser requerida, decorridos cinco anos do dia em que for extinta, de qualquer forma, a pena ou terminar sua execução.
- b) não alcança todas as penas aplicadas em sentença definitiva.
- c) não assegura ao condenado o sigilo dos registros sobre seu processo e condenação em virtude do princípio da publicidade.
- d) a reabilitação é concedida se o requerente (condenado) tiver domicílio no País no prazo acima referido .

RESPOSTA: D. Porque está de acordo com o artigo 94, I, do CP, sendo que a lei exige como tempo de domicílio no País (Brasil) o prazo de dois anos.

298) Aponte a alternativa incorreta de acordo com o texto do Código Penal.

- a) sujeição a tratamento ambulatorial é espécie de medida de segurança.
- b) a ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.
- c) a representação será irretratável a qualquer tempo.
- d) o perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento.

RESPOSTA: C. Pelo fato de estar em desconformidade com o artigo 102, do CP, o qual prevê que a representação é irretratável depois de oferecida a denúncia e não a qualquer tempo.

299) Sobre o perdão do ofendido, de acordo com o texto do Código Penal aponte a correta

- a) se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.
- b) se concedido por um dos ofendidos, o direito dos outros fica prejudicado.
- c) produz efeito mesmo que o querelado o recuse.
- d) é admissível o perdão depois que passa em julgado a sentença condenatória, ocasião esta que os efeitos da condenação e seu registro ficam excluídos.

RESPOSTA: A. Pois está de acordo com o artigo 106, I, do CP.

300) Não extingue a punibilidade do agente

- a) a morte do agente.
- b) a anistia, a graça ou o indulto
- c) o perdão aceito pelo agente
- d) a morte do ofendido (vítima).

RESPOSTA: D. Porque a morte da vítima não está incluída no rol do artigo 107, do Código Penal. Somente a morte do agente infrator, pois a pena não pode ultrapassar da pessoa do condenado (artigo 5º, XLV, da Constituição Federal).